



CADERNO DE ENCARGOS

24/F/2017

"AQUISIÇÃO DE GASÓLEO DE AQUECIMENTO, DO TIPO "MAZOOOTE PLUS" OU EQUIVALENTE, PARA EDIFÍCIOS ESCOLARES - PAÇOS DE FERREIRA/17-18"



ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

ARTIGO 1.º - OBJECTO.....	3
ARTIGO 2.º - LOCAL DA ENTREGA DOS BENS.....	3
ARTIGO 3.º - DURAÇÃO DO FORNECIMENTO DE BENS.....	3
ARTIGO 4.º - PAGAMENTOS.....	3
ARTIGO 5.º - ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO.....	3
ARTIGO 6.º - SIGILO.....	3
ARTIGO 7.º - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL.....	4
ARTIGO 8.º - PENALIDADES.....	4
ARTIGO 9.º - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR.....	4
ARTIGO 10.º - CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES.....	5
ARTIGO 11.º - RESCISÃO DO CONTRATO.....	5
ARTIGO 12.º - RESOLUÇÃO DO CONTRATO.....	5
ARTIGO 13.º - PREVALÊNCIA.....	5
ARTIGO 14.º - LEGISLAÇÃO E FORO APLICÁVEL.....	5

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

ARTIGO 15.º - PRODUTOS A ADQUIRIR.....	6
ARTIGO 16.º - SUBSTITUIÇÃO DE PRODUTOS A FORNECER PELO ADJUDICATÁRIO ..	6
ARTIGO 17.º - ENTREGA DE BENS.....	6
ARTIGO 18.º - RELATÓRIOS DE GESTÃO.....	6
ARTIGO 19.º - PREÇO BASE.....	6
ARTIGO 20.º - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	6
ARTIGO 21.º - CONTAGEM DOS PRAZOS.....	6
ARTIGO 22.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	7

ANEXO A – DESIGNAÇÃO/QUANTIDADES E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS BENS A SEREM FORNECIDOS



CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

ARTIGO 1.º - OBJECTO

1. O objecto do contrato consiste, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na Parte II deste Caderno de Encargos, no fornecimento de gásóleo de aquecimento, do tipo "mazoote plus" ou equivalente.
2. O presente concurso tem a seguinte designação: "24/F/2017" – "AQUISIÇÃO DE GASÓLEO DE AQUECIMENTO, DO TIPO "MAZOOTE PLUS" OU EQUIVALENTE, PARA EDIFÍCIOS ESCOLARES - PAÇOS DE FERREIRA/17-18".

ARTIGO 2.º - LOCAL DA ENTREGA DOS BENS

Os bens objecto do contrato serão entregues nas instalações dos edifícios escolares.

ARTIGO 3.º - DURAÇÃO DO FORNECIMENTO DE BENS

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de **12 meses (365 dias)** contados a partir da data de assinatura do contrato, ou até à conclusão do fornecimento, em conformidade com os respectivos termos e condições e o disposto na lei sem prejuízo as obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

ARTIGO 4.º - PAGAMENTOS

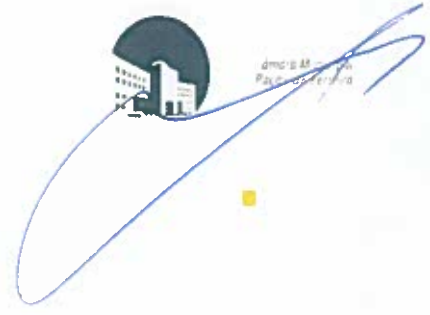
1. Os pagamentos serão efectuados no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção da fatura e a devida aceitação.
2. As facturas serão enviadas às entidades emissoras das encomendas ou para o serviço que estas indicarem.

ARTIGO 5.º - ENCARGOS DO ADJUDICATÁRIO

1. São encargos do Adjudicatário as despesas relativas à prestação da caução (quando aplicável) a que se refere o artigo 10.º do presente Cadernos de Encargos.
2. São responsabilidade do Adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.
3. São da responsabilidade exclusiva do Adjudicatário todas as obrigações que resultem da utilização directa ou indirecta de direitos de propriedade intelectual designadamente, desenhos registados, marcas de comércio ou fabrico, marcas registadas, patentes registadas ou licenças, bem como a obtenção das autorizações necessárias e o pagamento dos correspondentes encargos.
4. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário será responsável pelas reclamações e indemnizará a Entidade Adjudicante de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

ARTIGO 6.º - SIGILO

O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus trabalhadores e colaboradores venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da Entidade Adjudicante.



ARTIGO 7.º - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

1. O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da Entidade Adjudicante.

2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:

- a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao Adjudicatário no presente procedimento;
- b) A Entidade Adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exacto e pontual cumprimento do contrato.

ARTIGO 8.º - PENALIDADES

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal pode exigir ao fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) O incumprimento do prazo de entrega pelo adjudicatário implicará uma penalidade no valor de dez euros, por cada dia de atraso e por cada encomenda com item(s) pendente(s). Os créditos resultantes das penalizações serão deduzidos mensalmente nas facturas ou na caução prestada pelo adjudicatário (quando aplicável a caução).

b) Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a Câmara Municipal pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 30 % do valor contratual.

2. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respectiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

4. A Câmara Municipal pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal exija uma indemnização pelo dano excedente.

ARTIGO 9.º - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves e outros conflitos colectivos de trabalho, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;



- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte e justificada, bem como deve informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

ARTIGO 10.º - CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, quando o preço contratual for inferior a € 200 000, não é obrigatória a prestação de caução.

ARTIGO 11.º - RESCISÃO DO CONTRATO

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento por parte do Adjudicatário a verificação de atrasos na entrega dos bens superior a 30 dias, ou a verificação de entregas com bens defeituosos ou a falta de prestação de esclarecimentos, por parte do prestador de serviços, na execução dos serviços contratados.

ARTIGO 12.º – RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:
 - a) O montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Câmara Municipal, que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato [com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos].

ARTIGO 13.º – PREVALÊNCIA

1. Fazem parte integrante do contrato o Caderno de Encargos, o Programa de Concurso e a Proposta do Adjudicatário.
2. Em caso de dúvidas prevalecerá em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e o Convite e, em último lugar, a Proposta do Adjudicatário.



ARTIGO 14.º – LEGISLAÇÃO E FORO APLICÁVEL

Os contratos reger-se-ão exclusivamente pela legislação portuguesa, sendo competente para dirimir os eventuais conflitos ou litígios que resultem da sua execução, o foro do Tribunal Administrativo de Circulo de Paços de Ferreira, com expressa renúncia a qualquer outro.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

ARTIGO 15.º - PRODUTOS A ADQUIRIR

1. As especificações dos produtos a adquirir encontram-se expressas no Anexo A do presente Caderno de Encargos.
2. As quantidades de produtos mencionadas no Anexo referido no número anterior são meramente indicativas, podendo ser ajustadas de acordo com as necessidades das entidades adjudicantes, sem que isso implique alterações aos preços apresentados.

ARTIGO 16.º - SUBSTITUIÇÃO DE PRODUTOS A FORNECER PELO ADJUDICATÁRIO

1. Na eventualidade de ser necessário proceder a substituição deste fornecimento durante o período de vigência do contrato, o Adjudicatário deverá apresentar o produto com características técnicas e qualidade semelhantes ao produto original, só podendo a substituição ser efectuada mediante prévia autorização da Entidade Adjudicante.
2. O preço do novo combustível não poderá ser superior ao preço do combustível substituído.

ARTIGO 17.º - ENTREGA DE BENS

1. A entrega dos bens, no Continente e nas Regiões Autónomas, deverá ser efectuada nos horários e locais definidos nas notas de encomenda, genericamente nas moradas dos organismos dentro dos respectivos horários de funcionamento ao público.
2. Os bens deverão ser entregues até 24:00 horas após o pedido, desde que efectuado até as 12:00 horas do dia anterior, após a recepção da nota de encomenda pelo Adjudicatário.

ARTIGO 18.º - RELATÓRIOS DE GESTÃO

Não aplicável.

ARTIGO 19.º - PREÇO BASE

O preço máximo que a Câmara Municipal se dispõe a pagar pela aquisição dos bens é de 57.000,00€ (cinquenta e sete mil euros), a acrescer do IVA.

ARTIGO 20.º - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.



Câmara Municipal
Paços de Ferreira

ARTIGO 21.º - CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

ARTIGO 22.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Paços de Ferreira, 03 de Setembro de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

(Humberto Fernando Leão Pacheco Brito)



Município Municipal
Póvoa do Varzim

ANEXO A

DESIGNAÇÃO/QUANTIDADES E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS BENS A SEREM FORNECIDOS



Município Municipal
Paços de Ferreira



ANEXO A

O presente procedimento tem como objeto o fornecimento de gasóleo de aquecimento, do tipo "mazoote plus" ou equivalente, a ser descarregada nas instalações dos edifícios escolares.

O gasóleo de aquecimento, do tipo "mazoote plus" ou equivalente, deverá ser entregue 24 horas após o pedido, desde que o mesmo seja efectuado até às 12:00h do dia anterior.